



Opinião Econômica

Cecilia Machado

Economista, professora da EPGE
(Escola Brasileira de Economia e
Finanças) da FGV



O Cadastro Único importa para o cashback

Falhas nos registros do CadÚnico podem causar elevado custo fiscal na reforma tributária

Apesar de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) eliminar diversas distorções do nosso atual regime de tributação sobre consumo -e de ser uma mudança que promete trazer enormes ganhos de produtividade para a economia-, ele sofre a crítica de ser um tributo regressivo, já que indivíduos de baixa renda direcionam maior proporção de sua renda ao consumo.

Uma forma de corrigir essa distorção é fazer a devolução do imposto para as pessoas de acordo com algum critério, o que está previsto na reforma que foi aprovada no ano passado. Mas foi apenas recentemente -na proposta de regulamentação da reforma- que a forma da devolução do imposto ficou conhecida: um cashback para as famílias pobres -com renda per capita de até meio salário mínimo- que inte-

gram o CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais), do governo federal.

Se de um lado pode-se argumentar que o foco nessa população corresponde a um direcionamento de recursos para os mais pobres, de outro é importante ponderar que a qualidade das informações que constam nesse registro não é invariante às políticas que são implementadas através dele, já que muitas dessas informações são autodeclaradas.

Estudo recente do Insper mostra que há 6,6 milhões de famílias vulneráveis a mais nos registros do CadÚnico em comparação ao número de famílias pobres encontradas nos dados da PnadC, a pesquisa domiciliar de cobertura nacional realizada pelo IBGE. Ou seja, o número de famílias pobres no cadastro é 29% maior do que na PnadC.

Ainda que a compatibilização de conceitos entre o CadÚnico e a PnadC não seja perfeita, essa é uma discrepância elevada, que pode alcançar diferença de até 9,7 milhões de famílias em razão do conceito de renda utilizado.

O diagnóstico do estudo é que há falhas nos registros do CadÚnico e, portanto, também na focalização de programas sociais que utilizam o cadastro como referência, a exemplo do Bolsa Família. As razões por trás da recente perda de qualidade desses registros podem ser inúmeras, mas é razoável esperar que as informações declaradas no CadÚnico estejam respondendo às regras que determinam a concessão dos benefícios de programas sociais.

Desde a pandemia, o Bolsa Família passou por duas importantes mudanças: o aumento do

valor dos benefícios concedidos e o estabelecimento de um valor mínimo para as transferências. Essas mudanças foram introduzidas no auxílio emergencial, mas passaram a ser incorporadas de forma permanente no novo Bolsa Família.

Sabe-se que o valor mínimo estimula a declaração de famílias menores ou unipessoais, ao passo que o valor da transferência cria incentivos para subdeclaração da renda. À medida que o CadÚnico passa a subsidiar novos programas sociais e de redistribuição de renda, eventuais perdas de qualidade dos registros também se aplicarão a eles.

Ainda mais preocupante é a possibilidade de as regras desses novos programas reduzirem ainda mais a qualidade das informações do CadÚnico. O Pé de Meia, que prevê o pagamento

de bolsas a jovens de baixa renda inscritos no Bolsa Família, é um exemplo. Será que esse novo programa irá gerar incentivos para que jovens declarem estar em famílias unipessoais?

De volta ao cashback, os ganhos em progressividade precisam ser ponderados em relação aos custos de perenizar uma devolução de impostos em base fluida, que pode mudar ao longo do tempo e que responde aos incentivos de demais políticas sociais. Alternativamente, pode-se alcançar progressividade de outras formas, sem nenhum critério de renda, conforme se considera em Da Costa e Santos (2023).

Quando a qualidade do CadÚnico não é invariante às regras das políticas redistributiva implementada através dele, perenizar novos programas a ele pode vir a um elevado custo fiscal.

P R O G R A M A

banrisul reconstruir RS

R\$ 7 bilhões para as
nossas empresas
seguirem em frente.

Saiba mais em
banrisul.com.br/reconstruir



escala

Ação no Centro da Porto Alegre incentiva retorno das atividades do varejo

/ CLIMA

Maria Amélia Vargas
mavargas@jcrs.com.br

“Saúde da pandemia, quando a gente não vendia mas ainda tinha mercadoria.” O lamento do comerciante Nasser Hak, 38 anos, reverberava pelas cercanias da rua Voluntários da Pátria, em Porto Alegre, na manhã de ontem. Assim como ele, outros empresários seguiam no trabalho de limpeza, organização e contabilidade dos prejuízos causados pelas águas do Guaíba que inundaram o Centro da cidade nos últimos dias.

Em meio a este cenário, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) Porto Alegre e o Sindilojas POA, com apoio da prefeitura da Capital, realizaram ação para incentivar o varejo a dar o pontapé inicial na retomada. Com uma van circulando pelo local, as entidades realizavam a distribuição gratuita de materiais de limpeza e utensílios para

higienização das lojas.

Dono de três lojas na região, Hak acredita que sem iniciativas públicas o comércio local não conseguirá se reerguer de mais este revés. “O governo adiou os impostos das empresas para dia 20 de junho, só que nem previsão de energia elétrica não tem por aqui. Do jeito que está, como as empresas vão conseguir pagar? Cadê o Estado, cadê a prefeitura, cadê a infraestrutura? Zero, zero”, reclamava.

Enquanto fazia um levantamento dos danos em sua loja de calçados, Mohamed Kahalil, 51 anos, calculava um rombo de cerca de R\$ 500 mil entre produtos e mobiliário. “De tempo parado, se a gente contar que o mês de maio é o melhor mês depois do Natal, a perda de receita será muito grande”, avaliou o empreendedor.

Em apenas um dos três estabelecimentos que Samir Samhan, 45 anos, tem nas redondezas, o baque foi de R\$ 1 milhão. “Tive perda total, a água passou de dois metros

e meio em uma delas, onde tivemos perda total. Instalações, produtos, materiais, tudo está completamente comprometido”, afirmou.

Segundo o presidente da CDL Porto Alegre, Irio Piva, a iniciativa conta com mais de 10 mil itens (alvejante, álcool, esponja dupla face, luvas, saponáceo, vassoura, sacos de lixo, sabão em pó, máscara, sacos alvejados, rodo e balde), além de emprestar lava-jatos para quem precisar para limpar suas lojas. “Só na primeira semana, o comércio da cidade registrou uma perda de mais de R\$ 300 milhões em vendas e de R\$ 580 milhões no RS. Mas temos também as perdas nos estoques e no patrimônio”, pontuou.

O presidente do Sindilojas POA acrescenta ainda que, caso a atitude seja bem recebida, há possibilidade de ser ampliada a outras regiões afetadas. A campanha ocorrerá das 8h30min às 17h, até esta sexta-feira. Os interessados também poderão retirar os mate-

riais na sede da CDL POA, com entrada pelo estacionamento, no endereço Praça Osvaldo Cruz, nº 10.

Assim que se iniciaram os trabalhos de limpeza no Centro, algumas lojas disponibilizaram para a população alguns dos produtos resgatados e que não serviriam mais para vendas. Este foi o caso da auxiliar de serviços gerais Da-

niela Marques, 41 anos, que ficou sabendo da distribuição em um grupo de WhatsApp. “Consegui vir para pegar roupa de cama, que estou precisando muito. Eu moro do bairro Partenon, em uma parte que não chegou a alagar, mas a casa do vizinho caiu em cima da minha e acabei tendo prejuízos”, relatou.



MARIA AMÉLIA VARGAS/ESPECIAL/JC

Lojistas da Capital começaram trabalho de limpeza para a retomada